

Presentimentos concretizados

- a Justiça a monte -

Entrou em vigor no dia 1 a Reforma do Mapa Judiciário.

Perdão! Entrou em vigor a lei, que o Mapa, esse, se o seguirmos em busca dos processos, faz-nos perder o rumo e a paciência.

Os processos, enquanto realidade virtual que os advogados fazem nascer e crescer “lançando-os”, obrigatoriamente, para as nuvens, via “plataforma CITIUS”, em direcção aos seus destinos definidos, não estão, centenas de milhares deles, onde estavam e não se “apanham” onde deveriam já estar pelas novas regras. Até poderão estar fisicamente, embora não todos ainda, mas em tantos caixotes, tantos corredores e arrecadações, em tantas pilhas, que é como se não estivessem. Não se encontram, nem há tempo para os procurar e tratar.

Curiosamente assistimos, um pouco por todo o lado, a cenas dignas dos melhores filmes, com processos a ser transportados de ex-Tribunais para Tribunais, também de ex-Tribunais para ex-Tribunais, inclusivamente para destinos errados, com escoltas de segurança impecavelmente fardadas e armadas até aos dentes, até em carros blindados e que, despejados os processos nas condições atrás expostos, se retiram tranquilas e seguras do dever cumprido.

Preocupado o Governo? Não, porque está tudo a correr bem!

Pois ... mas está a correr mal, muito mal.

Entre a realidade imaginada nos gabinetes em Lisboa e a realidade verificada no País a distância á abismal.

Se os advogados não podem, como deviam, tramitar electronicamente a generalidade dos processos; se os funcionários judiciais não têm, em demasiados casos, o sistema e dados informáticos actualizados para aí movimentar os processos; se os Juízes vêm julgamentos

interrompidos porque os sistemas falham, (gravações, videoconferências, etc), se os processos físicos transferidos se empilham em corredores, em cima ou por baixo de secretárias e encontrar um, em concreto, é tarefa hercúlea; se o recurso a contentores, táxis e o mais que se vai vendo é solução admitida, então não há se não que concluir que tudo vai mal.

Não falo já da bondade, ou maldade da Reforma. Falo do amadorismo, falta de planeamento e previsão de problemas. Falo da falta de medidas transitórias para ultrapassagem dos constrangimentos. Não se lembrou o Governo p. ex., que os advogados têm prazos que não podem cumprir, devendo ter sido prevista a suspensão do seu decurso? Prefere que “atulhemos” os Tribunais com pedidos ao Juiz para que considere Justo Impedimento a sua prática extemporânea, ou a sua prática pelos meios anormais legalmente previstos para a impossibilidade de recurso ao CITIUS? Falo ainda da pressa, inimiga da ponderação, na implantação da reforma, como se os seus autores receassem não ter amanhã. Falo, em suma, da triste sina que há demasiado tempo nos acompanha, da navegação à vista, por natureza insegura, impeditiva dos “golpes de asa” de que tanto necessitamos (os de asa, não os outros).

Não se trata assim a vida e os assuntos dos cidadãos, não se governa a Justiça através de avisos em computadores: - “Citius - Página temporariamente indisponível”; - “Entrega electrónica de peças processuais indisponível. Por favor recorra à entrega pelos restantes meios”; - “Ocorreu um erro inesperado. Tente mais tarde”.

Bem podemos ter um farnel bem à mão para irmos tentando mais tarde, cada vez mais tarde, encontrar a normalidade de que o Governo fala.

Previsível tudo isto? **Previsível e Pressentido.** A Ordem dos Advogados não descansou nas chamadas à atenção e à razão.

De nada valeu!

E assim anda a Justiça a monte. Alguém a viu por aí?